



Boletim Informativo

**Núcleo de Defesa da Criança e
do Adolescente**

Novembro/2021



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NUDECA

NÚCLEO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

3 ATUAÇÃO DO NÚCLEO

4 NOVIDADE LEGISLATIVA

5 PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO

6 NOTÍCIAS RECENTES

10 LIVES, WEBINÁRIOS E PODCASTS

12 DICAS CULTURAIS

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Mutirões em Pelotas e Rio Grande

No final de novembro, o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente participou do duplo mutirão realizado no sul do Estado pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Nos dias 23 e 24, foram realizadas inspeções no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Pelotas, bem como no Centro de Atendimento em Semiliberdade de Pelotas com o auxílio do servidor da Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial Manoel Martins Tolotti, visando melhorias estruturais e na qualidade dos serviços fornecidos para os adolescentes, que tiveram a oportunidade de conversar com as Defensoras Andreia Paz Rodrigues e Adriana Valderez Bitsck Rodrigues e relataram as condições do Centro e o que gostariam que fosse melhorado. Os relatórios das inspeções foram encaminhados à Diretoria do CASE, à Presidência da FASE, ao Ministério Público, ao Judiciário e à Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo



Já nos dias 24 e 25, o Núcleo uniu forças ao mutirão de atendimentos em Rio Grande, realizado no Largo Barbosa Coelho com duas unidades móveis, auxiliando no atendimento de mais de 300 pessoas da cidade gaúcha.

Relatório de Inspeção

Vistoria Técnica

Reunião com o Secretário da Secretaria Estadual de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo e com a Presidência da FASE

No dia 29 de novembro, reuniram-se no auditório do 4º andar da Defensoria Pública, a Defensora Pública Dirigente do NUDECA, Dra. Andreia Paz Rodrigues, o Secretário de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo Mauro Hauschild, a Assessora Carolina Ramires, a Diretora do Departamento de Justiça, Daniela Rezner, o Coordenador da Assessoria Jurídica da SJSPS, Guilherme Amaral, a Presidente da FASE, senhora Sônia D'Ávila, o Diretor Administrativo da FASE, David Freitas, a servidora Fernanda Ascolese, Diretora Sócio-Educativa da FASE, a Chefe de Gabinete da FASE, Joseane Tomazelli, a Assessora Jurídica Amanda Muniz, a Arquiteta da FASE, Liliane Andrade. Por videoconferência, estiveram presentes as Defensoras Públicas Anelise Calieron Sturm e Deisi Sartori, das comarcas de Passo Fundo e Novo Hamburgo, respectivamente.



O encontro serviu de aproximação e alinhamento de trabalho, promovendo troca de ideias com relação a ações e projetos socioeducativos para todo o Estado, em especial a necessidade de realização de mais projetos e de cursos profissionalizantes para que os adolescentes possam ter oportunidades.

Durante a reunião, também foram discutidos os apontamentos trazidos pelos adolescentes durante os atendimentos realizados nos mutirões realizados nos Centros de Atendimento Socioeducativo de Passo Fundo e Pelotas, os quais passaram por inspeções da Defensoria Pública nos meses de outubro e novembro e foram debatidas soluções para os problemas estruturais e socioeducativos apresentados, como a saturação do sistema de esgoto da unidade de Passo Fundo, a alimentação fornecida aos adolescentes e a escassez de atividades oferecidas aos adolescentes, os quais permanecem isolados por muito tempo, o que pode acarretar em problemas psicológico

NOVIDADE LEGISLATIVA

LEI Nº 14.238, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021

Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer; e dá outras providências. Entre elas prevê, no Art. 4º, inciso X, como direito fundamental da criança e adolescente com câncer, “atendimento educacional em classe hospitalar ou regime domiciliar, conforme interesse da pessoa com câncer e de sua família, nos termos do respectivo sistema de ensino”. Ainda, no Art. 10, dispõe que “O atendimento prestado às crianças e aos adolescentes com câncer, ou em suspeição, deverá ser especial em todas suas fases, devendo ser garantido tratamento universal e integral, priorizados a prevenção e o diagnóstico precoce”.

Leia +

PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO

Comissão aprova projeto que autoriza governo a criar poupança para manter alunos na escola

A Comissão de Educação na Câmara dos Deputados aprovou proposta que autoriza o Poder Executivo federal a instituir o Programa Poupança Estudantil, destinado a estimular a permanência e o sucesso escolar de estudantes de baixa renda matriculados em escola pública de educação básica.

Pela proposta, serão beneficiários do programa os alunos matriculados integrantes de famílias inscritas no Cadastro Único de políticas sociais, beneficiárias de programa federal de transferência de renda ou que cumpram os requisitos para fazerem parte desse programa.

Leia +

NOTÍCIAS RECENTES

Sistemas carcerário e socioeducativo devem garantir liberdade de crença

Com o objetivo de garantir liberdade de crença nas unidades de privação e restrição de liberdade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou Recomendação (Ato Normativo 0007727-05.2021.2.00.0000) para que varas de execução criminal e de execução de medidas socioeducativas garantam assistência religiosa em todos esses estabelecimentos.



*Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, Roraima.
Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ*

Leia +

Governo publica decreto que torna obrigatório o retorno às aulas presenciais no RS

O governo do Estado publicou no dia 29/10 um novo decreto sobre as normas aplicáveis às instituições e estabelecimentos de ensino situados no Rio Grande do Sul durante a pandemia. A normativa, que revoga o Decreto nº 55.465/2020, restabelece o ensino presencial obrigatório na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) nas redes públicas e privadas gaúchas.

Leia +

Comissão debate campanhas focadas na saúde urogenital de crianças e adolescentes

Assim como já existem o Outubro Rosa, campanha anual de atenção à saúde da mulher, e o Novembro Azul, dedicado aos homens, uma iniciativa da Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica (CIPE) pretende criar outras duas campanhas para focar nos cuidados com a saúde urogenital de meninos e meninas de até 15 anos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Leia +

Estupro de vulnerável pune manipulação indevida da infância pelo adulto, diz TJ-SP4

O campo de intervenção normativa no artigo 217-A do Código Penal é dado, precisamente, pela distância etária entre o agente da conduta e a vítima. O que se está punindo não é simplesmente a atividade sexual entre duas pessoas, mas sim a prática com abuso de poder, ou seja, a manipulação indevida da infância pelo adulto.

Leia +

Indeferida liminar que solicitava afastamento do retorno presencial obrigatório da educação básica no Estado

Após manifestação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) na ação civil pública nº 5131146-85.2021.8.21.0001/RS, ajuizada pela Associação de Pais e Mães pela Democracia, a 1ª Vara do Juizado da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca de Porto Alegre indeferiu, nesta o pedido de liminar solicitado pela parte autora e manteve a obrigatoriedade do retorno presencial dos estudantes da rede básica de ensino no Estado. Conforme o juiz Daniel Englert Barbosa, “a situação emergencial foi sopesada pelo Estado e os dados restaram apresentados para indicar que, no atual momento, não se justifica afastar o ensino presencial que consta como regra na lei federal”.

Leia +

Comissão debate recomendações da ONU para os direitos das crianças e dos adolescentes

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater os direitos das crianças e dos adolescentes, um dos temas objeto das recomendações recebidas pelo Brasil no âmbito da Revisão Periódica Universal da Organização das Nações Unidas (ONU).

A audiência levou em conta as seguintes recomendações, entre outras:

- tomar medidas para melhorar a promoção e proteção dos direitos da criança, com o objetivo de erradicar completamente a falta de moradia entre crianças;
- melhorar os serviços de assistência médica para reduzir ainda mais a mortalidade infantil;
- aumentar o foco na implementação de políticas de combate à violência familiar, em especial a violência contra mulheres e crianças; e
- garantir os direitos das crianças e criar alternativas melhores para aprimorar o sistema de responsabilidade para com a juventude, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Leia +

Comissão debate ampliação de doenças rastreadas pelo teste do pezinho

A Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública no dia 23/11 sobre a ampliação do Programa Nacional de Triagem Neonatal, conhecido como teste do pezinho.

Autor do requerimento, o deputado Zacharias Calil (DEM-GO) lembrou que a Lei nº 14.154/21 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aperfeiçoar o programa

ampliando as doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho. “A lei sancionada é louvável, mas é necessário endereçar os atuais desafios do programa e pensar em soluções conjuntas, além de divulgar o teste do pezinho”, apontou.



Michel Corvello/Prefeitura de Pelotas

Leia +

Avançar nos Sistemas Penal e Socioeducativo: governo do Estado anuncia R\$ 465,6 milhões para investimentos

O governo do Estado anunciou no dia 19/11 o maior valor já destinado de uma vez só aos sistemas penal e socioeducativo. O investimento de R\$ 465,6 milhões será aplicado até 2022 para implementar novas tecnologias para qualificação do sistema prisional, fortalecer serviços de inteligência, qualificar a assistência aos apenados nas áreas de saúde, educação e trabalho, modernizar o monitoramento eletrônico, além de ampliar e construir unidades prisionais e centros de atendimento socioeducativo.

Leia +

Atos infracionais não afastam aplicação da figura do tráfico privilegiado, diz STF

A prática de atos infracionais não é suficiente para afastar a minorante do tráfico privilegiado, pois adolescente não comete crime nem recebe pena. Como disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), as medidas aplicadas são socioeducativas e visam à proteção integral do adolescente em conflito com a lei.

Leia +

Lei estadual pode ampliar competência dos Juizados da Infância e da Juventude

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ADI 4.774, que questionava dispositivo de lei do estado do Rio Grande do Sul que amplia a competência dos Juizados da Infância e da Juventude para julgar ações penais de crimes cometidos por adultos contra crianças e adolescentes. A decisão se deu em sessão virtual finalizada em 10/11.

Leia +

CNJ enfrenta desigualdade racial nos sistemas penal e socioeducativo

A desigualdade brasileira é histórica e sistêmica e tem na população negra sua maior vítima. Ainda que correspondam a pouco mais da metade da população (56%), são a maioria das pessoas assassinadas (78%), das vítimas de latrocínio (64%) e de feminicídio (61,8%), segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De igual modo, estão sobrerrepresentadas no sistema penitenciário, dado que 66% das pessoas encarceradas são negras, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) – número que pode ser ainda maior, pois não há dados sobre raça e cor de mais de 20% desta população. Atento a esse contexto de forma a aprimorar a prestação de justiça criminal e de execução penal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), vem trabalhando o enfrentamento à desigualdade racial de forma transversal às ações do **Programa Fazendo Justiça**. Desde 2019, o programa trabalha soluções para superação de problemas estruturais no campo da privação de liberdade, com o apoio do Depen.



Abordagem dos marcadores de raça e gênero nos Escritórios Sociais para qualificar atendimento a pessoas egressas é uma das ações em andamento.

Leia +

Audiência pública tratou do papel da educação na proteção dos direitos de crianças e adolescentes

No dia 25 de novembro, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia promoveu audiência pública para debater o papel da educação na proteção dos direitos fundamentais da infância e juventude. A proposição e a condução do encontro foi do deputado Tiago Simon (MDB). O parlamentar contextualizou a atual situação educacional no RS, que vem, ao longo dos anos, perdendo progressivamente a qualidade em comparação com outros estados. E a situação que já era problemática ficou ainda mais crítica com a pandemia do coronavírus, lembrou Simon, citando a interrupção das aulas presenciais por um longo período. problemas estruturais no campo da privação de liberdade, com o apoio do Depen.

Leia +

Redução de recursos para segurança alimentar de crianças e adolescentes preocupa deputadas

Os gastos sociais com crianças e adolescentes vão aumentar de R\$ 96,32 bilhões no Orçamento deste ano para R\$ 110,13 bilhões no ano que vem (PLN 19/21). No entanto, o volume de recursos ainda é inferior na comparação com o início do governo, com despesas de 1,22% do PIB de 2019 contra 1,17% do PIB de 2022.

As conclusões são de estudo conjunto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), apresentado no dia 25/11 em audiência pública da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. A principal preocupação das deputadas que participaram do debate foi com a redução do dinheiro para segurança alimentar e merenda escolar.

Leia +

LIVES, WEBINÁRIOS E PODCASTS

/ I Semana Estadual de Prevenção da Gravidez na Adolescência /

Com o objetivo de informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância da redução de casos de gravidez precoce no Rio Grande do Sul, foi realizada em

I SEMANA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA - 2021

EVENTO ONLINE - TRANSMISSÃO PELO YOUTUBE DA SES/RS
DE 9 A 11 DE NOVEMBRO
DAS 9:30 AS 11H

INSCRIÇÕES: [HTTPS://WWW.SYMPLA.COM.BR/I-SEMANA-ESTADUAL-DE-PREVENCAO-DA-GRAVIDEZ-NA-ADOLESCENCIA_1397035](https://www.sympla.com.br/i-semana-estadual-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia_1397035)

PROGRAMAÇÃO

9/11 - DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: DESAFIOS E INTERFACES NECESSÁRIAS
Mediação: Marleci Hoffmeister e Esmeralda Amaral Braga

- Condicionantes socioculturais da gravidez na adolescência - Benedito R. dos Santos(UNICEF)
- Política Estadual de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes - Ana Luiza Lovato (SES/RS)
- Avanços e desafios da prevenção da gravidez precoce - Soraia Schimdt (SMS/POA)

10/11 - EXPERIÊNCIAS NOS DIVERSOS CONTEXTOS
Mediação: Mariele Diotti e Igor Moreira Martins

- na UBS - Jacqueline Dutra (Pelotas)
- na escola - Miriam Barcelos (Roque Gonzales)
- no serviço de acolhimento - Laerce Prediger (Fundação Proteção)
- no PIM - Luiza Campos Menezes (PIM/SES/RS)
- na FASE - Fernanda Silva de Almeida (CIP/CS)

11/11 - A SEXUALIDADE ANTES DOS 14 ANOS
Mediação: Rosângela Machado Moreira

- Letícia Domingues (CRAI/HMIPV/POA)
- Andreia Paz Rodrigues (Defensoria Pública do Estado do RS)
- Luciana Caño Casarotto (Promotoria de Justiça do MPRS)
- Sandra Scalco (Ambulatório SAISS/ HMIPV/POA)
- Jeferson Leon Machado (ACONTURS)

RS
NOVAS FAÇANHAS

novembro a I Semana Estadual de Prevenção à Gravidez na Adolescência. O evento, que será realizado anualmente, contou com as palestras “Direitos sexuais e reprodutivos: desafios e interfaces necessárias”; “Experiências nos diversos contextos” e “A sexualidade antes dos 14 anos”, da qual participou a Defensora Pública Dirigente do Nudeca, Andreia Paz Rodrigues.

Realizado por: Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul

// STJ no seu dia: Acolhimento Institucional //

Nesta edição do programa **STJ no seu dia**, os jornalistas Thiago Gomide e Fátima Uchôa conversam com a redatora do portal de notícias do STJ Camila Costa a respeito de uma reportagem especial que destaca entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre acolhimento institucional de crianças. No bate-papo dessa semana, Camila Costa fala um pouco sobre alguns pontos explorados na matéria que redigiu, como a competência para julgar medidas protetivas; ação de afastamento familiar e de guarda; adoção à brasileira e, também, como o tribunal enfrentou essas questões diante da pandemia da Covid-19.

Acesse aqui

// Tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil //

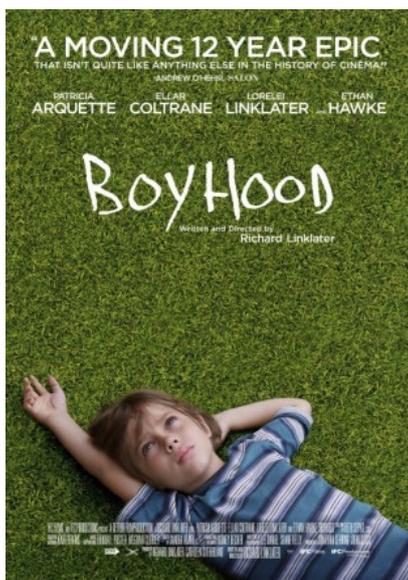


O Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do programa Fazendo Justiça, promove a formação Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil.

A atividade marca o lançamento do Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil e tem como objetivo qualificar a compreensão da tese por atores do Sistema de Justiça e do Sistema de Garantia de Direitos, aprimorando a porta de entrada do sistema socioeducativo e o tratamento dado ao adolescente autor de ato infracional em casos análogos aos crimes previstos na Lei n. 11.343/2006.

Acesse aqui

DICAS CULTURAIS



Boyhood

2014, 2h45min, Drama

Direção: Richard Linklater

O longa acompanha a vida do garoto Mason durante um período de doze anos, da infância à juventude, analisando seu relacionamento com os pais, suas descobertas, experiências e seus conflitos.

Disponível para streaming na Amazon Prime.



Pro Dia Nascer Feliz

2007, 88min, Documentário

Direção: João Jardim

Em três estados brasileiros, em classes sociais distintas, adolescentes falam da vida na escola, seus projetos e inquietações numa fase crucial de sua formação. Professores também expõem seu cotidiano profissional, ajudando a pintar um quadro complexo das desigualdades e da violência no país a partir da realidade escolar.

Disponível na plataforma Videocamp.

Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente - Nudeca -

Dirigente Andreia Paz Rodrigues

Subdirigente Anelise Calieron Sturm

Integrantes do Núcleo

Amanda da Gama

Bruna Brum Betiollo

Claudia Alves da Rocha Tveita

Deisi Sartori

Gabriela Duarte Gonçalves

Kedi Leticia Bagetti

Patrícia Conde Buzatto

Raphael Varella Coelho

Equipe de apoio

Técnica Administrativa Maria Clara Bastos

Estagiária Laura Vitoria Ramos

Contato

Rua Sete de Setembro, 666, 8º andar – Centro Histórico, Porto Alegre/RS
nudeca@defensoria.rs.def.br

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS